

1 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO AM-  
2 BIENTAL DO COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS  
3 SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ –GRAVAÇÃO DISPONÍVEL –  
4 No dia 21 de setembro de 2021, quinta-feira às 14h por videoconferência, reuniu-se a ple-  
5 nária da CTSAM com a seguinte pauta: **1. Aprovação das atas 12/07/2021 e 20/07/2021;**  
6 **2. Apresentação SEAS dos procedimentos para conteúdo Mínimo de PMSB no âmbito**  
7 **do ICMS Ecológico; 3. Apresentação do Plano de Saneamento de Niterói.** A reunião se  
8 iniciou às 14h15. **1. Aprovação das atas 12/07/2021 e 20/07/2021:** As atas foram aprova-  
9 das. **2. Apresentação SEAS dos procedimentos para conteúdo mínimo de PMSB no**  
10 **âmbito do ICMS Ecológico:** Tamara Fernandes projetou a apresentação. Marcos Bas-  
11 baum perguntou sobre o preenchimento qualitativo e quantitativo dos formulários, e como  
12 seria a avaliação da SEAS, caso o município contestasse. Tamara disse que há a fase de  
13 recursos, onde o gestor municipal pode discordar da nota. Respondeu também que os cri-  
14 térios de pontuação tiveram que ser muito flexíveis nesses primeiros momentos de avalia-  
15 ção, caso contrário muitos municípios não teriam pontuado no subitem PMSB. Marcos  
16 questionou quantas vezes o recurso poderia ser solicitado. Tamara relatou que o município  
17 tem direito a reuniões para esclarecimentos e até 1(uma) semana de recurso. Tamara ex-  
18 plicou que teria disponível apenas o quadro das pontuações, e não dos valores dos ganhos,  
19 porém iria pesquisar a respeito. Eloísa Torres perguntou qual era o critério de avaliação do  
20 Plano Municipal de Saneamento dentro do contexto das novas concessões. Tamara infor-  
21 mou que a avaliação dos Planos teria um modelo básico, onde o município precisaria ter  
22 100% do conteúdo mínimo para ser avaliado como um plano adequado, acarretando em  
23 uma bonificação pela PSAM. Tamara salientou que o debate sobre as concessões no âm-  
24 bito do ICMS Ecológico teria seu primeiro ciclo em outubro. Frederico Menezes Coelho  
25 perguntou quais planos e municípios da Baía de Guanabara foram avaliados e onde essas  
26 informações estavam disponíveis, questionando ainda onde o PSAM iria atuar nas conces-  
27 sões. Tamara informou que foram enviados dados de 52 municípios complementando que  
28 o papel do PSAM estaria sendo debatido internamente, porém há obras em andamento,  
29 inclusive Manguinhos que acabou de iniciar. Eloísa questionou se os municípios poderão  
30 se guiar na nota técnica para a contratação da atualização dos planos municipais de sane-  
31 amento. Tamara esclareceu que houve uma avaliação básica em razão do novo marco e  
32 listou os municípios e suas respectivas notas, referente à pergunta de Frederico. Tamara  
33 explicou que o plano metropolitano poderá substituir os planos municipais, por ser mais  
34 abrangente e por esta razão ser considerado mais relevante de acordo com a nova lei  
35 14.026, caso haja divergências. Houve um debate sobre a nova lei. Tamara falou que iria  
36 consultar Camila Cruz esclarecer algumas informações e atentou que é recorrente, na ava-  
37 liação da matriz de conteúdo mínimo do PMSB, as páginas informadas pelo gestor munici-  
38 pal responsável pelo preenchimento estarem erradas. Marcos indagou se há um prazo mí-  
39 nimo para o município refazer seu plano, caso venha a ter uma nota insuficiente. Tamara  
40 respondeu que o município pode enviar o Plano corrigido ao abrir o recurso, e que o Plano  
41 não será pontuado caso tenha mais de 10 anos. Tamara esclareceu que se o município  
42 tiver o plano ou sua revisão aprovada, ele pode ele pode enviar, mas que somente se pon-  
43 tua o que acontece no exercício em análise, mas que há a possibilidade de aproveitamento

44 de dados do ano anterior caso o gestor declare que assim deseja, informando que não  
45 houve modificações. Frederico pediu o envio das pontuações. Eloísa expressou suas pre-  
46 ocupações a respeito da proposta de avaliação dos planos municipais que seriam realiza-  
47 das pelos técnicos da CTSAM, onde há o suporte aos municípios para atualização dos seus  
48 PMSBs e quanto ao plano metropolitano se sobrepor aos planos municipais, e não via in-  
49 teresse da CTSAM ou subcomitê em financiar os planos municipais de saneamento, pro-  
50 pondo a CTSAM buscar apoio de um procurador do Estado para uma melhor reflexão sobre  
51 as atividades que podem ser desenvolvidas pelo CBH-BG. Marcos disse que é pouco pro-  
52 vável um plano regional se aprofunde no nível de detalhamento que um plano municipal  
53 possa ter. Eloísa recomendou consultar à PGE sobre questões de competência. Frederico,  
54 em relação ao detalhamento comentado por Marcos, disse que o plano poderia ser deta-  
55 lhado, porém o município o estaria usando como referência para obtenção do ICMS Ecoló-  
56 gico. **3. Apresentação do Plano de Saneamento de Niterói:** Alexandre Braga fez uma  
57 contextualização sobre a apresentação e falou da dificuldade do comitê em propor soluções  
58 em relação a macrodrenagem. Eloísa falou sobre a audiência pública feita pela Secretaria  
59 de Meio Ambiente do Rio de Janeiro – SMAC, para a criação de duas unidades de conser-  
60 vação (REVIS e APA das Vargens) e seguiu comentando sobre a proposta de uma premi-  
61 ação do ICMS Ecológico para a criação de unidades de conservação em áreas úmidas, nas  
62 imediações de sistemas lagunares. Eloísa propôs que a premiação do ICMS fosse ampliada  
63 abrangendo as zonas de amortecimento dos sistemas lagunares, além das áreas naturais  
64 de extravasamento dos cursos d'água e manutenção de descarga de base, proteção das  
65 nascentes e faixa marginal de proteção, e citou como critérios a serem utilizados para pre-  
66 miação do ICMS Ecológico. Marcos expos sua dúvida em relação a postura do IRM junto  
67 ao CBH. Sobre o artigo, sugeriu tratar com a CTIL. Eloísa explicou a posição do IRM e  
68 sugeriu enviar suas sugestões ao INEA para internalizar e, após, que fosse enviado pelo  
69 comitê para a comissão de Meio Ambiente da ALERJ com a sugestão de ampliação dos  
70 critérios, de modo a ampliar a proteção dos recursos hídricos utilizando-se o instrumento  
71 do ICMS Ecológico Frederico falou da ausência do Comitê da Baía de Guanabara no Co-  
72 mitê de Acompanhamento da Concessão. Alexandre apresentou Daniel Marques. Alexan-  
73 dre falou sobre o Plano de Saneamento de Niterói, afirmando que prosseguia o antigo pro-  
74 blema de regulação em Niterói e o Decreto 13.669/2020, com 4 artigos, que abordaria o  
75 Plano de Saneamento Básico. Frederico falou sobre a questão tratamento em tempo seco  
76 nos contratos e a porcentagem da cobertura de atendimento do que é tratado e coletado.  
77 Daniel explicou que o tempo seco seria uma alternativa, porém Niterói possui 77 tomadas  
78 de tempo seco presentes no diagnóstico contratado. Eloísa explicou que o somatório do  
79 volume que sai tratado na ETE deve ser igual a pelo menos 80% do volume que entra de  
80 abastecimento e que isto precisa ser monitorado. Falou também sobre coletores de tempo  
81 seco no Brasil e na Europa. Chamou a atenção para as tomadas de tempo seco que des-  
82 cartam em corpo hídrico lagunar, pois são corpos semiconfinados. Halphy Cunha Rodrigues  
83 falou da consciência e trabalhos realizados pela Águas de Niterói na prestação de serviço  
84 da concessionária e tempo seco, informando também sobre a presença de cinturão de rede  
85 coletora de esgoto nas lagunas de Niterói, e o tempo seco, provisório, nos corpos hídricos  
86 que alimentam as lagoas. Daniel informou sobre a devolução do projeto de lei para uma



87 reanálise técnica e informou sobre o objetivo da Prefeitura em criar um órgão de regulação  
88 e não ser vinculado à Agenesra. Finalizou com o projeto de lei a respeito da drenagem.  
89 Marcos agradeceu a presença de Daniel e realçou a importância das melhorias acarretadas  
90 com concessão ocorrida em Niterói. A reunião chega ao fim às 17h25.

91

92

Marcos Basbaum

93

**Coordenador da Câmara Técnica de Saneamento Ambiental**

94

**Participantes:**

96 Conselho Regional de Biologia – CRBio – Marcos Basbaum; Fundação Rio Águas – Patrícia  
97 Montezuma; Instituto De Estudos Dos Direitos Humanos E Do Meio Ambiente – IEDHMA –  
98 Silvana Di Lulio Moreira; Associação de Moradores e Amigos de Vargem Grande – Renato  
99 G. da Rocha; Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade – Tamara G. Fernandes; Águas  
100 de Niterói – Halphy Cunha Rodrigues; Associação de Preservação Ambiental das Lagunas  
101 de Maricá - APALMA – Flávia Lanari Coelho; CEDAE – Frederico Menezes Coelho; Conse-  
102 lho da Região Oceânica de Niterói – CCRON – Alexandre Braga; Instituto Terrazul, Coor-  
103 denadora do Sub Comitê Lagunar JPA - Eloisa Torres; Fundação Rio-Águas - André Guer-  
104 reiro; Vereador de Niterói - Daniel Marques; Secretaria Executiva (Agevap): Carolina Mar-  
105 tins e Luciana Rosário.